O imprevisível poder de um título: resposta a Eduardo Viveiros de Castro

ALCIDA RITA RAMOS

A vantagem de se responder a uma resenha é a oportunidade que se abre para alguns esclarecimentos, a necessidade dos quais não foi prevista na época de ser escrito o livro resenhado. Assim, agradeço a Eduardo Viveiros de Castro pela ocasião de fazer uma breve retrospectiva do processo de criação de *Hierarquia e Simbiose.*

Embora publicado em fins de 1980, a redação do livro foi terminada em fins de 1976, início de 1977. Essa foi uma época difícil para os antropólogos que participaram dos projetos assistenciais da FUNAI junto a vários grupos indígenas *. Depois de uma momentânea fase de receptividade ao trabalho prático de antropólogos qualificados, a FUNAI reverteu a sua posição e acabou por dispensar todos eles e, na maioria dos casos, pôs fim aos projetos.

O livro aqui resenhado foi o resultado indireto desses acontecimentos e surgiu de uma necessidade que tive, como participante do projeto Yanoama, de expor certos temas ao conhecimento não só de especialistas em antropologia, mas de uma platéia mais ampla, incluindo funcionários da FUNAI, missionários, estudantes, indigenistas, etc. Daí a linguagem que tentei tornar maximamente acessível e a falta de "teoria" e leveza conceitual de que se queixa Eduardo Viveiros de Castro. A última coisa que veio compor o livro, com exceção do prefácio, foi o título que tanto in-

---

* Dentre estes, lembramos o projeto do Alto Rio Negro, a cargo de Peter Silverwood-Cope, Tükuna, de João Pacheco de Oliveira Filho, Nambiquara, de P. David Price, Yanoama, de Kenneth I. Taylor, Gaviões do Pará, de Iara Ferraz, Krahó, de Gilberto Azanha.

trigou o resenhista, o qual lhe conferiu um vulto muito mais possante do que o intencionado.

Hierarquia e Simbiose me pareceram termos que, deixados conceitualmente vagos, tinham a vantagem de englobar as diferentes situações tratadas no trabalho. E foi a partir de um produto já pronto, o livro como ele se tornou, que esses conceitos passaram a se constituir em foco de interesse teórico para mim, a partir do contraste entre situações de desigualdade social entre grupos indígenas e entre estes e a sociedade de brancos. Apraz-me saber que o resenhista foi despertado pelo mesmo interesse.

Concordamos inteiramente com Viveiros de Castro que a diversidade cultural é o "pão-com-manteiga" da antropologia, insisto, porém, que essa não é uma questão trivial para o resto do mundo, mesmo para aqueles que vivem de cargos, públicos ou privados, ligados direta ou indiretamente à questão indígena, como são, por exemplo, o exército burocrático da FUNAI, setores de relações públicas de empresas ou agências financeiras, advogados e a população em geral. Não creio que seja "dispensável" repisar nesse ponto, que absolutamente não é pacífico. Ao contrário, é algo que, a meu ver, ainda não foi suficientemente enfatizado como para imprimí-lo na consciência da sociedade nacional.

A esse respeito, a "abstração" do índio genérico que, em um certo período, parecia querer tornar-se "real", está cada vez mais claramente delineada como um construto ideológico sem correspondente concreto. Enquanto, aparentemente desligados de sua tradição cultural, alguns grupos como os do Nordeste se empenhavam, de fato, em construir a sua história, mesmo que fundada no mítico (Carvalho, 1982) como elemento indispensável à sua luta política de revitalismo étnico (vide a esse respeito Smith 1981). Mas, como bem aponta Eduardo Viveiros de Castro, no início de 1977, mais de um ano antes da tentativa de emancipação indígena por parte do governo Geisel, o que acabou sendo um grande estímulo a um ressurgimento étnico das populações indígenas, os indícios disso eram deveras pouco perceptíveis.

Outros pontos de insatisfação do resenhista e sobre os quais creio que vale a pena dizer algo são, em breve, os seguintes: primeiro, estranha-se que no livro não seja citado Louis Dumont, antropólogo dedicado a desvendar o jogo hierárquico. Mas, uma vez que a situação de desigualdade social que caracteriza os três casos estudados difere profun-

damente da hierarquia indiana de castas, objeto de análise de Dumont, na sua natureza transétnica, onde está ausente, entre outras coisas, um *nexus* unificador do tipo pureza/poluição, recorrer a Dumont teria sido apenas afirmar a sua dispensabilidade, adicionando-se mais um item à bibliografia.

Segundo, descontente com a pouca atenção teórica dada aos conceitos de hierarquia, simbiose, dominação, sujeição, Viveiros de Castro imputa a mim e ao prefaciador, Roberto Cardoso de Oliveira, uma preocupação evolucionista que absolutamente não existe. O que há é uma preocupação de localizar *logicamente* situações concretas diversas, dentro de um quadro mais abrangente de possibilidades estruturalmente construídas. Esses conceitos compõem uma matriz orientadora para a análise e não uma escada necessária ao trajeto evolutivo de todos os povos indígenas.

Terceiro, as noções de hierarquia e simbiose não estão necessariamente associadas ao "plano ideológico" e ao "plano do comportamento", respectivamente. Como o próprio Viveiros de Castro reconhece ao longo de sua resenha, encontramos a desigualdade — a hierarquia — também a nível de relações concretas, como, por exemplo, nas relações de casamento. É como se, na falta de definições explícitas e definitivas, o resenhista sentisse a necessidade de suprí-las, para a sua própria satisfação, como se, sem elas, fosse impossível apreender o significado da exposição. O mesmo pode ser dito quanto à questão do poder. A falta desse vocábulo e do conceito claramente definido incomoda Eduardo Viveiros de Castro. Entretanto, isso não parece impedir que ele perceba de onde, como, de quem, para quem advém esse poder nas situações focalizadas no livro. Suas referências ao texto indicam que, afinal, ele captou a mensagem.

Por último, gostaria de repetir algumas considerações que aparecem no livro e acrescentar um ou outro detalhe, particularmente sobre o caso Maiongong/Sanumá, de modo a tentar satisfazer as dúvidas do resenhista quanto ao desequilíbrio da atenção dada aos protagonistas do contato intertribal. A situação de convivência Maiongong/Sanumá é relativamente recente, de seus cem anos, desde que os Yanoama como um todo invadiram os territórios Caribe, Aruaque e outros, no seu processo de expansão. Sendo recente, essa situação ainda não está bem cristalizada, como indica o caso do boato no terceiro capítulo. Não estando cristalizada, não existe realmente um "modelo nativo" do contato

interétnico, como é o caso dos Maku/Índios do Rio, e isto repercute na própria pesquisa de campo. Os Sanumá, por sua vez, são menos experientes com os brancos do que os Maiongong, não possuindo pontos de referência semelhantes àqueles demonstrados pelo viajado Maiongong João Koch. Sua vivência com os Maiongong pouco se distingue da vivência com seus pares, outros Sanumá, e, como tal, ela é pouco destacada como assunto privilegiado de expressão verbal. Não sendo dados a teorizar sobre si mesmos e suas relações, os Sanumá apresentam ao etnógrafo a dificuldade de inibição do "discurso espontâneo"; o material mais rico sobre a questão intertribal foi captado no curso do cotidiano, de queixas, discussões, retraimentos, desabafos, confrontações, etc. Ao contrário, alguns Maiongong, mas não todos, têm o pendor para a exposição verbal prolongada, em português ainda pobre, num discurso que seja inteligível ao branco. Se essa é uma característica por eles captada dos civilizados, ou se lhes é algo tradicional, eu não sei. A aparente atenção diferencial dada aos Maiongong e aos Sanumá assim percebida por Eduardo Viveiros de Castro não é mais, portanto, do que um reflexo dos diferentes *ethos* etnográficos dos dois grupos.

Lendo a resenha até o fim, intriga-me o fato de que, apesar das insatisfações de Eduardo Viveiros de Castro com o teor de descuido ou descaso teórico demonstrado em *Hierarquia e Simbiose*, a sua apreensão das situações descritas no livro é excelente. Realmente, na sua crítica, ele captou os elementos que considero mais significativos dos casos estudados e esteve atento para detectar novas e interessantes questões de pesquisa. E é gratificante constatar que, apesar de tudo, o livro valeu a pena ser escrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Maria Rosário G. *Identidade étnica e território.* Trabalho apresentado na Mesa-Redonda "A Construção da Identidade em Sociedades Indígenas", 13.ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, São Paulo, abril, 1982.

SMITH, Anthony D. *The Ethnic revival.* Cambridge, Cambridge University Press, 1981.